

-----ACTA N.º 1/2010 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE
AOS DEZANOVE DIAS DO MÊS
FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZ -----**

----- Aos dezanove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Eurico de Alcobia e Joaquim de Jesus Ribeiro, com a seguinte **ordem de trabalhos:**-----

Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1.º Ponto - Tomada de posse do novo Membro da Assembleia Municipal. -----

2.º Ponto - Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.3.º Ponto -Análise discussão e votação das actas das sessões realizadas dia 18 de Setembro de 2009 e dia 18 de Dezembro de 2009. -----

Período da Ordem do Dia:-----

1.º Ponto - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2.º Ponto - Análise, discussão e votação das grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2010,

nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

3.º Ponto - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal e respectiva caracterização dos Postos de Trabalho para 2010, de acordo com a alínea b) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

4.º Ponto - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo no valor de € 1.980.000,00 (um milhão, novecentos e oitenta mil euros), nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

5.º Ponto - Análise, discussão e votação do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

6.º Ponto - Análise, discussão e votação da Alteração da Tabela de Taxas Municipais, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

7.º Ponto - Análise, discussão e votação do empréstimo a contrair pela RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

8.º Ponto - Análise, discussão e votação da alteração parcial dos Estatutos da A-Logos, Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,

alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

9.º Ponto - Análise, discussão e votação da actualização seguro dos membros da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do art.º 17 da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho. -----

10.º Ponto - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação das freguesias do concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação nos termos do art.º 5 do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto. -----

11.º Ponto - Outros assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **Presenças:** Distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e três dos seus membros, tendo-se registado a ausência do eleito local Dr. José Manuel Gomes Duarte. A Mesa considerou justificada a fala. -----

----- **A Câmara Municipal** fez-se representar pelo Presidente Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores Eng.º Paulo Jorge Alcobia das Neves, Dr.ª Maria Emília da Silva Figueiredo Benedito, Dr. Filipe Vicente Martins e Sr. Sérgio Manuel Roberto Morgado. -----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e quinze minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia** -----

1.º Ponto - Tomada de posse do novo Membro da Assembleia Municipal. -----

----- O eleito local Sr. Carlos Alberto Mendes Martins tomou posse como membro da Assembleia Municipal pelo período de suspensão de mandato da eleita local Sra. Isabel Maria Serra Costa Mendes.-----

2.º Ponto - Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- Não houve intervenções. -----

3.º Ponto -Análise discussão e votação das actas das sessões realizadas dia 18 de Setembro de 2009 e dia 18 de Dezembro de 2009.-----

----- O eleito local Dr. Jorge Godinho, referindo-se à acta da sessão de 18 de Dezembro solicitou correcção de uma intervenção sua. -----

----- O eleito local Dr. Eduardo Mendes, a respeito da acta de 18 de Setembro, referiu que se tratava de uma acta que dizia respeito a um órgão que não era aquele e só por boa vontade a iria votar porque o que teria sido curial teria sido, na última sessão do órgão ter sido aprovada em minuta e assinada pelo Presidente e Secretários da Mesa. -----

----- O 1.º Secretário Sr. Eurico de Alcobia a este respeito disse que a observação feita era perfeitamente legítima. Sugeriu que os membros da Assembleia que não faziam parte da legislatura anterior optassem pela abstenção. -----

----- Colocada a votação a acta da sessão realizada dia 18 de Setembro foi **aprovada por vinte e três votos a favor e seis abstenções.** -----

----- Colocada a votação a acta da sessão realizada dia 18 de Dezembro **foi aprovada por vinte e dois votos a favor e uma abstenção.**-----

Período da Ordem do Dia:-----

1.º Ponto - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- O eleito local, Dr. Eduardo Mendes começou por referir que há membros da Assembleia que participam na Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e informou que há cerca de uma semana foi instalada essa Assembleia e que um dos elementos da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere faz parte da Mesa. Quanto à informação escrita nela constam as delegações de competências que o senhor Presidente fez nos seus Vereadores e no pessoal dirigente, só que aquela informação, para si, é curta pelo que pediu que fosse comunicado à Assembleia ou, pelo menos, colocado na página da Câmara Municipal quais são as competências que são delegadas para que possam acompanhar o exercício dessas competências. Tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal entendido delegar no seu Chefe de Gabinete várias competências, delegou que em determinadas circunstâncias pontuais ele o representa. Ora sendo a Câmara Municipal um órgão colectivo, nomeadamente, onde existe um Vice-Presidente que o substitui perguntou, como ficavam, protocolarmente, numa altura em que o Vice-presidente vá a um acto público e apareça o Chefe de Gabinete a representar o senhor Presidente da Câmara. Acha estranho que, enquanto existam vereadores, alguém, por muito competente que seja, mas que não foi eleito, assuma a representação da Câmara Municipal. Se é esse o caso ficava ali o seu protesto. Também acompanhou, pelas actas, que foram atribuídas bolsas de estudo, só que mais uma vez, de acordo com o regulamento que ainda está em vigor, o Presidente da Assembleia fez parte desse júri e os membros da Assembleia Municipal, não devem entrar em júris ou actos decisórios da

competência da Câmara Municipal porque se aparece recurso na Assembleia fica impedido de se pronunciar sobre ele. Por fim informou que, ao concelho de Ferreira, do Zêzere cabem no PIDDAC menos de 25.000,00 €. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, em relação aos comentários tecidos pelo Dr. Eduardo Mendes, informou que as competências que estão delegadas são as que estão na acta da reunião do executivo. Em relação ao Chefe de Gabinete, o que diz é que é caso a caso e só irá delegar nele quando nenhum Vereador poder estar presente, porque pensa que é um mal menor entre não estar ninguém a representar a Câmara ou estar o seu Chefe de Gabinete. Acha que terá o discernimento suficiente para não mandar o Vice-Presidente e o seu Chefe de Gabinete ao mesmo sítio a representar a mesma coisa. As bolsas de estudo estão a decorrer. Espera ainda no primeiro trimestre do ano reformular o regulamento das mesmas para terem um novo regulamento para o próximo ano lectivo. -----

----- **Em seguida foi deliberado que o ponto três do Período da Ordem do Dia (Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal) passasse a ser o ponto dois do Período da Ordem do Dia.**-----

2.º Ponto - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal e respectiva caracterização dos Postos de Trabalho para 2010, de acordo com a alínea b) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- O eleito local Dr. Eduardo Mendes referiu que pensa ter lido, numa acta do executivo, que foi incumbida uma comissão, presidida pelo Chefe de Gabinete do senhor Presidente e pelos senhores dois Chefes de Divisão de fazerem um projecto de reestruturação orgânica do município, pelo que presume que aquele Mapa de Pessoal é um mapa que se tem que fazer obrigatoriamente, por força da Lei, para

acompanhar e justificar cada um dos postos de trabalho para o orçamento deste ano. Perguntou se se previa que aquele trabalho de reestruturação venha apenas a decorrer em 2011 ou se ainda terão, a meio do ano previsto algum ajustamento ao mapa de pessoal e ao orçamento em conformidade com o que o grupo de trabalho venha a produzir. Perguntou também se esse grupo de trabalho tem um mandato de apresentar já um trabalho final ou uma mera proposta para ser sujeita a analistas de funções e alguma análise comparativa, porque sendo constituído pelo dirigentes da casa “cada bom cacique só o é se tiver muitos índios”. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal em resposta disse que a lei é que obriga à reestruturação a orgânica dos serviços, e diz que tem que estar feita e publicada até 31 de Dezembro de 2010. Para fazer um trabalho em casa que possa ser validado por uma entidade externa, dez meses é muito pouco tempo. Vai ser uma reestruturação que irá modificar muito a orgânica da Câmara. Virá à Assembleia mas não será antes de Setembro, pelo que este ano não haverá ajustamentos do mapa de pessoal. -----

----- Colocado a votação a Assembleia Municipal **deliberou aprovar por maioria com catorze votos a favor e nove abstenções** o Mapa de Pessoal e respectiva caracterização dos Postos de Trabalho para 2010. -----

3.º Ponto - Análise, discussão e votação das grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2010, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- O eleito local Dr. Jorge Godinho interveio começando por lembrar o “Abade de Silves” que, quando as coisas estavam mal dizia “ao presente não vejo remédio e do futuro teremos de tratar nós” e era isso que via. Antes de entrar na apreciação do plano e orçamento deixou claro que a sua intervenção deveria ser entendida como a

voz da oposição, será firme, responsável e acima de tudo uma intervenção construtiva. Continuou dizendo que, como todos sabem, não é o plano e o respectivo orçamento que resolvem os problemas do concelho. O mesmo só serve para definir objectivos e políticas de gestão que o executivo se proporá a levar a cabo até ao final do ano de 2010. Embora tenha que reconhecer que a maioria tem legitimidade para impor as políticas que muito bem entender, essa legitimidade não lhe tira nenhuma responsabilidade nas opções que vier a tomar em favor da autarquia. É bom não esquecer que se está a definir a melhor aplicação de dinheiros públicos e isso não é gerir a carteira particular. Chamou a atenção para as grandes opções do plano em que se apresenta um investimento global de cerca 25.483.000,00 €. Comparativamente ao que estava previsto para o quadriénio de 2009/2012 representa um aumento de 20% e até aqui tudo bem mas, ao avançarem verificam que esse aumento vai direitinho para as despesas correntes ou seja para as chamadas actividades mais relevantes. Aqui já não acha graça por que um aumento de investimentos que vai para consumos não é investimento. Quanto à despesa e receita verifica-se que as despesas correntes e as receitas correntes estão praticamente equilibradas só que em 2009 eram de 6.324.000,00 € e passaram para 6.900.000,00 €. Se se prevê um aumento de receita, também se prevê imediatamente um aumento do consumo de seiscentos e tal mil euros, pelo que a conclusão que tira é que quanto maior for a receita corrente desta câmara maior será o consumo desta câmara. Se analisarem o investimento verificam que as despesas de capital, baixaram de 2009 para 2010, em termos de plano, cerca de 7% enquanto as despesas correntes aumentam cerca de 10%. Em sua opinião está ali declarado algum consumismo. As grandes obras que se propõem fazer no ano de 2010 são essencialmente três. Tudo o resto são umas flores para compor o ramalhete. Nas actividades mais relevantes

considera pouco o atribuído à acção social comparando com o atribuído ao programa cultural. Estão previstas receitas do FEF de dois milhões de euros e participações comunitárias em projectos co-financiados três milhões, setecentos e sete mil. É cerca de 50% das receitas de capital e espera que a verba venha para o município. Nas contas que aparecem com o código 01 – Administração autárquica, esteve a ver algum histórico da Câmara e verificou que em 2008 foram gastos 13.680,00 €, foi proposto para 2009 uma verba de 18.500,00 € e no orçamento em discussão aparecem 30.500,00 €. Corresponde a um aumento de 65% e trata-se de consumo. Na rubrica 02, se somar todo o 02/01, despesas com pessoal, verifica que há um aumento de 124.000,00 € em termos de orçamento de um ano para o outro e depois fica quase sem palavras quando vê que algumas rubricas são tão substanciais nomeadamente ajudas de custo com aumento de 43%, horas extraordinárias com aumento de 15%. Sabe que as empresas estão a restringir todos estes custos. Perguntou se aqueles aumentos eram para fazer face ao congelamento de salários que o Governo decretou. Continuou comparando o valor das despesas correntes de 2008, 2009 e 2010 verificando um aumento de 11% de ano para ano. É o tal consumo que não aceita se não for bem justificado. O objectivo de investimento de 2009 para 2010 foi reduzido em 25,6%. Custa-lhe ver as despesas correntes a subir e as despesas de investimento a baixar. Concluiu que este plano é mais despesista que os anteriores, tem menores intenções de investimento e, em função disto, apelou ao sentido de rigor necessário, à contenção das despesas supérfluas, ao bom senso que terá que existir na gestão do município. Disse ao Presidente da Câmara para estar atento porque também vão estar. - -----

----- O eleito local Sr. Bruno Gomes, no uso da palavra, questionou acerca da Agenda Local 21 e do edifício de serviços da zona industrial. Perguntou em que

estruturas municipais fluviais vai ser aplicado o valor de 50.000,00 € e questionou acerca do parque de campismo que anda a ser adiado há uma década. Relativamente ao parque ecológico numa serra do concelho não sabe o que dá para fazer com 5.000,00 € e o mesmo referiu para o posto de turismo em Dornes. -----

----- O eleito local Sr. Armando Alexandre perguntou para que freguesias está prevista a revitalização das sedes de freguesia porque é uma batalha a revitalização da sede da sua freguesia. Quanto à construção de polidesportivos nas freguesias de Pias e Águas Belas está prevista uma verba de 50.000,00 € pelo que perguntou o que é para fazer em concreto, porque considera a verba curta. -----

----- O eleito local Dr. Eduardo Mendes interveio dizendo que subscrevia totalmente os apelos que o Dr. Jorge Godinho fez na parte final da sua intervenção. Já não podia subscrever totalmente a sua intervenção pois realmente as políticas sociais têm muito pouca verba, mas é tudo uma questão de nomes. Perguntou se os transportes escolares e o fornecimento de refeições não eram políticas sociais. E se o Governo do partido que o Dr. Jorge Godinho representa anda a anunciar mais transferências de competências para as Câmaras Municipais que são aquelas que dão trabalho, chatices e despesa. Acha que têm que ser justos, medir tostão a tostão. O programa cultural e promoção turística dá-lhe vontade e alguns engulhos de dizer ali alguma coisa, porque misturar cultura e promoção turística pode dar para tudo. Pode dar cultura a sério e também pode dar muita pimbalheira.-----

----- O eleito local Dr. Jorge Godinho interveio dizendo que muito o admirava que o Dr. Eduardo Mendes concordasse com ele. Claro que o investimento em transportes escolares e em refeições para as escolas pode ser acção social. Pediu para definirem se é acção social ou investimento. Para si se calhar é as duas coisas, é obrigatório fazer-se e mal da Câmara que não o fizesse. O aumento de quatro

milhões nas actividades mais relevantes é que lhe ficam atravessados. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, em resposta, começou por dizer que em matéria de rigor, contenção e bom senso não iria aceitar lições de ninguém. Em relação à leitura que o Dr. Jorge Godinho fez do orçamento sabe que este é economista e sabe manobrar os números a seu belo prazer. A afirmação de que o aumento de quatro milhões de euros é para despesas correntes surge de uma leitura menos atenta do quadro das actividades mais relevantes e, pensa também, que não será de bom senso estar a comparar o que aconteceu até à data com o que acontecerá de 2010 para a frente. É um novo executivo, com pessoas diferentes e, apesar de ter feito parte dos anteriores executivos, reserva-se no direito de fazer algumas coisas diferentes do que foi feito no passado. O quadro das actividades mais relevantes de 2009 não tinha as colunas dos anos seguintes preenchidas enquanto o de 2010 tem, e isso vale muito próximo de zero porque os orçamentos são ano a ano. Quanto à questão da educação ser um investimento ou uma despesa remeteu isso para a resposta que a Ministra da Educação deu há dias numa intervenção que fez. A teoria de que a receita aumenta e o consumo vai atrás se calhar é um pouco ao contrário ou seja, a receita tem que aumentar porque o consumo aumenta. Adiantou que os valores constantes na tabela de Taxas Municipais, também a discussão nesta sessão, sobem, e sobem porque a Câmara precisa de mais receita e isto, porque o Estado cada vez mais transfere para as Câmaras aquilo que não quer e aquilo que é despesa corrente. Os quatrocentos mil euros de transportes escolares que aparecem no orçamento são apenas uma parte pois são só os valores pagos às transportadoras e associações que fazem os transportes. Faltam todas as despesas referentes às viaturas da Câmara que também fazem transporte, o gasóleo, motoristas, pneus, entre outros. 70.000,00 € de horas extraordinárias resultam, também, dos transportes escolares

porque os motoristas entram mais cedo e saem mais tarde e a Lei não permite que se desdobre o horário no sentido da mancha horária cobrir o horário dos transportes escolares. Pensa que é preferível pagarem-se algumas horas extraordinárias do que estar a duplicar o número de motoristas para fazer o mesmo serviço. Quanto às despesas de capital estão-se a reduzir porque não há dinheiro para investir e, mais vale ser realista do que andar a empolar o orçamento e depois a execução ser baixa. Do QREN continua a não vir dinheiro porque o Governo continua a não ser capaz de por o QREN a funcionar. É uma vergonha que no quarto ano de QREN as Câmaras Municipais não tenham recebido nada. O aumento da rubrica 01 – Administração Autárquica é para despesas da Assembleia como as ajudas de custo, deslocações e senhas de presença dos membros da Assembleia. Em relação ao pessoal informou que este executivo ainda não admitiu ninguém. Havia concursos a decorrer do anterior executivo que vão ser providos os lugares em Março. Não estão a pensar admitir ninguém nos próximos tempos pelo que é possível que existam valores atribuídos a pessoal que não sejam gastos, no entanto como os lugares estão previstos no mapa de pessoal o valor tem que estar no orçamento. Acredita que irão fazer uma poupança nesta área de 200 a 300 mil euros. Lembrou que nos últimos anos a Câmara sempre conseguiu uma poupança nas despesas correntes para investir, que andava à volta dos 400/500 mil euros. Gostava que lhe dissessem qual a taxa de contenção de despesas no Governo para afectar a investimento. As Finanças Locais impõem um limite de 60% de despesas correntes e 40% de despesas de capital e no orçamento em discussão estão 58% para despesas de capital e 42% para despesas correntes. Depois de tudo o que foi dito pelo Dr. Jorge Godinho ficou a pensar como seria o orçamento do executivo PS caso tivesse ganho as eleições, e comparou as propostas dos dois partidos, mas espera não ter oportunidade de ver

nenhum durante muitos anos. A Agenda Local 21 já está em execução e já se fez a primeira sessão de trabalho em que estiveram presentes alguns presidentes de junta. Entretanto haverá novas sessões de trabalho e vai ficar expectante para ver quem vai aparecer para colaborar. Os cinquenta mil euros para 2011 serão para a construção de uma praia fluvial, assim a lei o permita. Os cinco mil euros para o parque ecológico e os cinco mil euros para o posto de turismo dão para começar o projecto. Quanto à revitalização das sedes de freguesia a que tem projecto é Águas belas, mas teme que a estrada volte a ser reclassificada e o projecto cai por terra. Os cinquenta mil euros destinados aos polidesportivos serão para comprar uns terrenos em Pias e para fazer o polidesportivo em Águas Belas onde se irá gastar menos porque algumas coisas já estão feitas. Em Águas Belas ainda não há condições para avançar porque a propriedade horizontal ainda não está totalmente resolvida. Quanto a cultura e pimbalhada é isso que o povo gosta e por isso vão ter as duas coisas. Adiantou que em 15 de Agosto o Tony Carreira vai estar em Ferreira do Zêzere para quem gosta e quem não gosta tem a Feira dos Petiscos. Cultura não é aquilo que se quer impor às pessoas, mas sim aquilo que as pessoas querem assimilar.-----

----- O eleito local Dr. Jorge Godinho usou de novo a palavra para dizer que percebeu que o plano e o orçamento era um pouco defensivo. Registou com muito agrado quando o Presidente da Câmara disse que ia ser rigoroso na contenção de despesas e fez votos para que o QREN desbloqueie. -----

----- Colocado a votação a Assembleia Municipal **deliberou aprovar por maioria com catorze votos a favor e nove abstenções** as grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2010.-----

4.º Ponto - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo no valor de € 1.980.000,00 (um milhão, novecentos e

oitenta mil euros), nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- O eleito local Dr. Jorge Godinho interveio dizendo que sobre este ponto estavam todos de acordo. Das propostas apresentadas pelos bancos a do BES é realmente a melhor e se, a intenção geral de todos é fazer investimento é necessário o dinheiro pelo que seria um bocado ridículo que votassem contra um pedido de financiamento. A Câmara fica quase nos limites do endividamento mas pensa que não há outra maneira de fazer isto. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra para esclarecer que na próxima sessão da Assembleia vai haver uma rectificação ao Orçamento para colocar o valor do empréstimo. Só foi possível fazer este empréstimo porque a Câmara tinha capacidade de endividamento, que na altura ficou reduzida a cerca de dezoito euros. Nesta altura a Câmara já tem mais duzentos e tal mil euros de capacidade de endividamento porque o FEF foi reforçado. Estão à espera que o Governo tenha a hombridade de cumprir o que está na Lei das Finanças Locais que diz que são excepcionados os empréstimos que são para financiamento de obras do QREN. São quase três milhões e seiscentos mil euros que devem ser excepcionado porque andou-se a poupar durante muitos anos a capacidade de endividamento para quando fosse necessário e não faz sentido o Governo vir dizer que como a Câmara tinha capacidade não é excepcionado. Se isso vier a acontecer pensa que merecerá um protesto muito forte. -----

----- Colocado a votação a Assembleia Municipal **deliberou aprovar por unanimidade com vinte e três votos a favor** o pedido de autorização para contracção de empréstimo no valor de € 1.980.000,00 (um milhão, novecentos e

oitenta mil euros). -----

5.º Ponto - Análise, discussão e votação do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Ferreira do Zêzere, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra para esclarecer um pouco o porquê do 6.º ponto do período da ordem do dia solicitando que a alteração seja introduzida na Tabela de Taxas Municipais em discussão. Continuou referindo que a alteração resulta da própria Lei que veio obrigar a que as Câmaras fizessem estudo económico e o apresentassem até 30 de Abril. O estudo indica que há taxas a ser cobradas muito baixas. Optaram por subir 99% das taxas em 10%, mas também há taxas que subiram 300%, 400% e 500%. Pensa que não é problemático porque referem-se a coisas que as pessoas pedem uma vez na vida. -----

----- O eleito local Sr. Carlos Martins interveio solicitando que os pontos 5.º e 6.º do período da ordem do dia pudessem ser discutidos juntos. Pediu para entenderem as questões que ia colocar como sugestões para aperfeiçoar este documento ou para poder ser corrigido em tempos futuros. Existem espaços da Câmara, nomeadamente, o Centro Cultural e o Cine-Teatro para a utilização dos quais deveriam ser criadas taxas. Em relação aos idosos portadores do cartão do idoso beneficiarem de 50% de desconto perguntou se era mesmo verdade e se seria justo um idoso ao comprar uma sepultura na cemitério só pagar 50%. Pensa que aquela isenção devia ser mais restritiva. Perguntou se os jovens, pelo menos os possuidores do cartão-jovem, não deviam ter também direito a isenção em algumas taxas. Quanto à isenção que os bombeiros tinham nas licenças de construção verificou que não estava ali contemplada. O artigo que se refere ao licenciamento de depósitos de sucata diz que

o licenciamento custa 452,15 € e a renovação custa 1291,00 €. Isto costuma ser sempre ao contrário ou seja o licenciamento é sempre mais caro que a renovação. Chamou ainda a atenção para algumas gralhas que detectou. Quanto ao licenciamento de espaços salientes pensa que não é justo que um café que tenha um toldo, passados 10 anos pague o mesmo que um empreiteiro ou construtor pague por uma coisa com a qual vai ter lucro. -----

----- A eleita local, Dr.^a Isabel Baptista, no uso da palavra disse que relativamente ao ponto em apreço verificou que a redacção do mesmo é algo confusa dado que a análise, discussão e votação se refere ao regulamento de Taxas do Município de Ferreira do Zêzere e não ao Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais. Sugeriu que fosse corrigido o texto.-----

----- O eleito local, Sr. José Manuel Feliz, no que se refere às taxas aplicadas à urbanização e edificação tem vindo a verificar, no concelho, que quando se faz uma urbanização a Câmara recebe uma série de coisas e cada lote fica num balúrdio, enquanto que se comprar um terreno para construir uma moradia, paga uma licença que fica muito mais barata. Pensa que é uma disparidade muito grande e um bocadinho de injustiça.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal e resposta às questões colocadas começou por dizer ao Sr. José Manuel Feliz que ele estava ali como Presidente da Junta e não como construtor, no entanto percebe o que foi dito. Deu-lhe razão quanto ao facto de haver uma grande disparidade entre as duas situações, mas é porque a licença de construção está com um valor muito baixo. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal a respeito deste assunto disse que quem constrói uma casa também paga pelas infra-estruturas que existem e que vai utilizar.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra insistindo que algumas taxas estavam muito baixas mas que com a Tabela de Taxas em discussão começavam a aproximar as taxas do custo real mas é uma coisa que não é para ser feita num ano pois tem que ser faseado. Quanto a criar taxas para utilização do cine-teatro e do Centro Cultural acha bem, só que não se importa que venham de borla desde que tragam muitas pessoas e almoçem no concelho. Já lançou o desafio a algumas seguradoras e a alguns bancos, mas eles raramente fazem iniciativas que sejam só um dia e o concelho, infelizmente, não tem capacidade hoteleira para que eles possam dormir. Quanto às isenções previstas no artigo 21.º do regulamento percebe-se que tenham que vir à Assembleia mas também acredita que a Câmara se, numa medida mais urgente que tenha que ser tomada aprovar e depois levar a Assembleia para ratificar também não haverá problema. O Regulamento e a Tabela de Taxas em discussão são duas peças que saíram um bocadinho à pressa devido à necessidade que havia uma vez que estava previsto que até trinta e um de Dezembro estes documentos tinham que estar aprovados. Têm noção que os documentos estão deficitários de algumas correcções e já estão a trabalhar nisso para, se possível em Abril voltar uma nova versão à Assembleia. Em relação à isenção para os Bombeiros e para os jovens ela continua prevista no RMEU e há isenções que estão noutros regulamentos que a pouco e pouco irão sofrer alterações porque a legislação está sempre a mudar e os regulamentos estão sempre a ficar desactualizados. -----

----- Colocados a votação o 5.º e 6.º pontos do Período da Ordem do Dia a Assembleia Municipal **deliberou aprovar por maioria com catorze votos a favor e nove abstenções** o Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Ferreira do Zêzere. -----

7.º Ponto - Análise, discussão e votação do empréstimo a contrair pela

RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra para esclarecer que se trata de um empréstimo que está condicionado. Está condicionado à aprovação de todas as Câmara, à aprovação de todas as Assembleias e à boa vontade dos senhores Ministros em o excepcionar. -----

----- O eleito local Dr. Jorge Godinho interveio dizendo que era preciso haver consciência do que se estava ali a aceitar. Aquilo é feito pelo banco Efisa que já não existe, o BPN todos sabem qual é e a Caixa Geral de Depósitos é quem vai pagar as favas. Depois tem muitas comissões. São condições leoninas que nunca se lembra de ter visto. -----

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o banco Efisa existe e está ligado à Caixa Geral de Depósitos. A RESITEJO consultou muitos mais bancos mas nenhum apresentou proposta. Alertou para o facto de não fazer a obra ter custos ambientais elevadíssimos e também custos financeiros. O empréstimo não é bom mas é um mal menor porque se não o fizerem as gerações futuras é que vão pagar a factura. Em termos financeiros a Lei diz claramente que quem não tiver tratamento passa a pagar 2,5 € por cada tonelada de lixo e todos os anos aumenta 0,50 € até chegar ao montante de 7,5 €. Optando por aprovar o empréstimo e fazer a obra vai custar cerca de 15 € a mais por tonelada. Em Ferreira do Zêzere o aumento de 15 €/tonelada obriga a subir a em tarifa cerca de 0,50€. -----

----- O eleito local Sr. Armando Alexandre interveio perguntando qual a receita prevista, para a RESITEJO, da comercialização do resultado do tratamento do lixo. -

----- O Presidente da Câmara Municipal usando de novo a palavra explicou que

antes de terem fertilizante vão produzir biogás que vão transformar em electricidade e ai vão ter uma receita muito elevada. Os fertilizantes, ninguém usa e então o que se está a optar é, queimar onde houver hipótese de o fazer, e onde não houver vai a aterro, que é o que a RESITEJO irá fazer. -----

----- Colocado a votação a Assembleia Municipal **deliberou aprovar por unanimidade com vinte e três votos a favor** o pedido de autorização de empréstimo a contrair pela RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo. -----

8.º Ponto - Análise, discussão e votação da alteração parcial dos Estatutos da A-Logos, Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- A eleita local Dra. Isabel Baptista perguntou se Ferreira do Zêzere é apenas associado da A-LOGOS ou se pertence ao grupo de concelhos que a constituiu.-----

----- Foi informada que é apenas associado. -----

----- Colocado a votação a Assembleia Municipal **deliberou aprovar por maioria com quinze votos a favor e oito abstenções** a alteração parcial dos Estatutos da A-Logos, Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos. -----

9.º Ponto - Análise, discussão e votação da actualização seguro dos membros da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do art.º 17 da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal iniciou este ponto informando que os membros da Assembleia Municipal têm um seguro que cobre os segurados quando estão ao serviço da Assembleia Municipal. Os valores estão desactualizados e a

proposta é: morte ou invalidez € 100.000,00; incapacidade temporária € 50,00/dia e despesas de tratamento e repatriamento € 5.000,00. -----

----- Colocado a votação a Assembleia Municipal **deliberou aprovar por unanimidade** a actualização do seguro dos membros da Assembleia Municipal. -----

10.º Ponto - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação das freguesias do concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação nos termos do art.º 5 do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto. -----

----- Realizada a eleição obteve-se o seguinte resultado:-----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Pias, Sr. António Marques de Oliveira – 13 votos.** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, Sr. José Marques Nunes – 9 votos.** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, Sr. Pedro Manuel dos Santos Alberto – 1 voto.** -----

11.º Ponto - Outros assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura do ofício enviado pelo Presidente da Câmara Municipal onde este informa que a partir do dia 1 de Fevereiro de 2010 passou a exercer as funções de Gerente da empresa Zêzereconta – Contabilidade e Informática, Lda., sem remuneração. -----

----- O eleito local, Sr. Armando Alexandre interveio e perguntou o que é que a Câmara já fez no sentido das pessoas que não têm contador de água instalado, estão o ano inteiro a residir no concelho e produzem lixo todos os dias começarem a pagar

a taxa de resíduos sólidos. -----

----- O eleito local, Sr. Bruno Gomes no uso da palavra perguntou quando é que o Conselho Municipal da Juventude vinha a votação à Assembleia Municipal. Em relação ao PDM soube que houve uma mudança em relação ao número de metros quadrados de terreno em zonas florestais, pelo que solicitou que lhe fosse indicada qual a área mínima para se poder construir uma casa num terreno inserido em zona florestal ou agrícola. Em seguida disse que as outras Câmara têm um espaço para os membros dos partidos da oposição pelo que pensa que era digno para o Partido Socialista ter um espaço onde pudessem ter internet, telefone para receber os munícipes. Pediu informações acerca da Associação Arca de Lis que viu referida numa acta de uma reunião de Câmara. Quanto à questão do PIDDAC referiu que toda a gente sabe que é um dos muitos programas do orçamento geral do Estado, que existem muitos outros pelo que disse que gostaria de saber se a Câmara Municipal apresentou alguma candidatura, se foi aprovada ou rejeitada ou se tinha alguma sustentabilidade. Também lhe custa ver a criticar o PIDAC quando o orçamento de Estado foi consensual entre PS, PSD e CDS. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, em resposta às questões colocadas, começou por dizer que gostou de ouvir o que foi dito pelo eleito local Sr. Bruno Gomes, o que lhe permite, no futuro, fazer também analogias entre o Governo e a Assembleia Municipal. Em relação aos programas e candidaturas agradecia que lhe dissessem quais são os programas a que a Câmara se pode candidatar. Em relação ao PIDDAC é verdade que é um de muitos, mas é um de muitos só para alguns. A Arca do Lis é uma associação que veio para o concelho de Ferreira do Zêzere, está sediada em Chãos e está em acta todo o procedimento de cedência de instalações. Quanto ao PDM a área para construção necessária em espaço florestal são 40.000

metros numa parcela só. Quanto ao Conselho Municipal da Juventude, a ANMP pediu a constitucionistas um parecer para saber se é constitucional ou não estarem a impor mais coisas às Câmaras. No entanto talvez na próxima Assembleia vá a votação. No que se refere a um espaço para o Partido Socialista, uma vez que estão com uma politica de contenção de custos, com certeza não poderá ser facultado. Quanto à taxa de resíduos sólidos urbanos já existe um levantamento feito das pessoas que não têm contador de água, pelo que acredita que em Julho vão debitar o 1.º semestre do ano. Tem que ser factura semestral porque a facturação é cara e o valor não justifica facturação mensal.-----

----- O eleito local, Sr. Fernandinho Lourenço solicitou o uso da palavra referindo que entregou há algum tempo na Câmara Municipal os mapas toponímicos com os nomes das ruas da sua freguesia pelo que gostava de saber se a comissão de toponímia está activa e quando será realizada a reunião de aprovação.-----

----- O eleito local Dr. Eduardo Mendes interveio e, acerca do que foi dito pelo eleito local, Sr. Bruno Gomes sobre o PIDDAC referiu que não há vários programas, mas sim um único programa da Administração Central. O Orçamento de Estado tem duas partes, as despesas correntes e as despesas de investimento. As despesas de investimento do Estado vêm num programa chamado Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central – PIDDAC. Mesmo as verbas com que o Estado entra na componente nacional nalguns programas europeus vêm do PIDDAC. Há várias maneiras de ler o PIDDAC porque há programas transversais que não se podem alocar a um determinado concelho.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal, em relação à comissão de toponímia, disse que têm estado a trabalhar e que têm reunido para acertar as “fronteiras” entre freguesias pelo que acredita que, a continuar assim, até 15 de Março estão em

condições de avançar com Areias e de forma integrada com as freguesias limítrofes. Informou que na semana anterior esteve no Instituto de Estradas por causa do IC3 porque, em Maio de 2008, foi publicado a declaração de impacto ambiental onde era apontada uma solução que ligava o nó à estrada antiga que vem de Pias para Ferreira do Zêzere e claro que não é a solução ideal. Tem que haver uma hierarquia de vias. Já em devido tempo se fez um esboço em que se apontava que o nó fosse desviado mais para sul e o tráfego viesse, através de uma via nova até à Venda da Serra, indo ligar, futuramente à prevista circular externa da Vila. Teve a má notícia que em princípio aquele pedido não podia ser aceite porque não há dinheiro. Há o compromisso do Instituto de Estradas, no mês de Março, vir à Câmara de Ferreira do Zêzere para apresentarem o projecto. Já houve pessoas que se disponibilizaram para fazer pressão, dentro dos conhecimentos que têm, com vista a alterar um pouco a situação. A 238 também é para ser feita e, possivelmente vai ser reclassificada, mas não sabe desde onde, até onde, mas tem indicações que será desde o Ramal. Se assim for cairá por terra o que está previsto para Águas Belas em termos de revitalização da sede de freguesia. -----

----- O eleito local, Sr. Fernandinho Lourenço, solicitou informação sobre o ramal que está previsto passar na ponte de Pias. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal informou que o Ramal que estava previsto para ponte de Pias e que vai ter à Portelinha mantém-se. -----

----- O eleito local, Dr. Jorge Godinho, interveio dizendo que recebeu juntamente com o relatório de actividade um documento referente a uma reunião que houve com o Dr. Rafael do Centro de Saúde. Considera-o um documento positivo e perguntou se já houve alguma evolução em relação à criação da Unidade de Cuidados na Comunidade, da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados e da Unidade de

Recursos Assistenciais Partilhados. Todos sabem que na zona industrial já arrancou uma empresa e perguntou se já há novas empresas com intenção de se instalarem naquele espaço. -----

----- A eleita local, Sra. Maria dos Anjos solicitou o uso da palavra para informar que esteve numa reunião do ACES, em Constância, onde definiram o que se iria fazer. Ferreira do Zêzere é um dos concelhos onde, segundo o ACES, o Centro de Saúde está mais ou menos equilibrado. A Câmara Municipal irá receber documentação sobre aquela reunião. Pediram que se fizesse uma carta para os equipamentos de saúde, tal qual se fez para os equipamentos escolares para que se possa fazer uma rede de cidades saudáveis onde haja mais saúde. Os representantes da Comunidade do ACES vai percorrer os centros de saúde dos concelhos que o integram para conhecerem a realidade de cada um. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal informou que resolveu dar conhecimento daquela reunião com o Dr. Rafael porque a Assembleia Municipal também tinha tomado uma posição ao aprovar a moção, e pensa que os dois órgãos devem articular. Quanto à questão do eleito local Dr. Jorge Godinho disse que não tinha mais informações sobre o assunto. Também já existe possibilidade de marcar consultas via internet e não há ninguém sem médico de família. Na zona industrial já está a ZWM a funcionar e existe uma empresa na área da metalomecânica pesada que também se prevê que venha para a zona industrial para trabalhar quase e exclusivo para exportação, criando sete ou oito postos de trabalho. Existe outro lote já cedido em reunião de Câmara a outra empresa e existe outra empresa que já tem o lote na sua posse que é a empresa dos salgados. E existem mais três empresas interessadas em cinco lotes. Na zona da Gravulha também está a instalar-se outra empresa que irá criar vinte postos de trabalho, e outra que irá processar biomassa. --

ACTA DE 19 de Fevereiro de 2010

----- E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal.-

Luís Ribeiro Pereira _____

Eurico de Alcobia _____

Joaquim de Jesus Ribeiro _____